



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

Márcia Regina Carneio Leite

**O Programa Bolsa Família: impactos no emponderamento das mulheres beneficiárias
do município de Bonito de Minas**

Brasília – DF

2014

Márcia Regina Carneiro Leite

**O Programa Bolsa Família: impactos no emponderamento das mulheres beneficiárias
do município de Bonito de Minas**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça sob a orientação da Professora Dra Renísia Cristina Garcia Filice.

Brasília – DF

2014

Márcia Regina Carneiro Leite

**O Programa Bolsa Família: impactos no emponderamento das mulheres beneficiárias,
do município de Bonito de Minas**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão
do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça
do (a) aluno (a)

Márcia Regina Carneiro Leite

Dra Renísia Cristina Garcia Filice

Presidenta - FE/UnB

Dra Shireide Silva Cruz

Avaliadora – FE/UnB

Brasília, 02 de Julho de 2014

Leite, Márcia Regina Carneiro.

O Programa Bolsa Família, impactos no empoderamento das mulheres beneficiárias do município de Bonito de Minas / Leite, Márcia Regina Carneiro. – Brasília, 2014.

44 f. : il.

Monografia – Universidade de Brasília, (UnB), Especialista Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, 2014.

Orientadora Prof^ª Dra Renísia Cristina Garcia Filice

1. Regime de Previdência Complementar. 2. Entidades Fechadas de Previdência Complementar. 3. Aplicação de Recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. I. Título.

Dedico este trabalho à minha filha Bianca pela sua essência, estímulos que me impulsiona a buscar vida nova a cada dia, meus agradecimentos por ter aceito se privar de minha companhia pelos estudos, concedendo a mim a oportunidade de me realizar ainda mais.

AGRADECIMENTOS

A Deus por minha vida, família e amigos.

A minha mãe, Amparo, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A minha filha Bianca pelo carinho e compreensão pela minha ausência

A Universidade UNB , pela oportunidade de fazer a especialização.

A professora Carmem pela bagagem de conhecimento que me proporcionou

A grande orientadora Renísia pelo apoio e confiança. Haa se não fosse você!.

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir o Programa Bolsa Família do município de Bonito de Minas, e busca avaliar se o mesmo contribuiu para o aumento da renda familiar e para a igualdade de gênero, no caso das mulheres beneficiárias do programa. Cabe ressaltar que não se pretende analisar profundamente todas as questões que perpassam *O programa Bolsa Família*, mas sim um ponto delas: as consequências de tal programa frente o possível emponderamento da mulher e conseqüentemente a igualdade de gênero. Para tanto, por meio da pesquisa bibliográfica (análise documental) baseada em Vitale(2005), Holanda(2013) e Carvalho (2007), que discutem a temática de gênero e suas particularidades, utilizamos como técnicas de coleta de dados a aplicação de questionários e realizamos 05 (cinco) entrevistas semi-estruturada. Como resultado o estudo revelou que o Programa Bolsa Família impactou no emponderamento das mulheres beneficiárias do município de Bonito de Minas. A mulher bonitense se sente mais valorizada, reconhecida, empoderada. fato, ao quais todas as entrevistadas evidenciaram com muito orgulho a importância do PBF em suas vidas, entendem como uma conquista por direitos. Direitos esses, que fazem com que tais mulheres se sintam um pouco mais protagonistas da sua própria história, não obstante o reconhecimento que as dificuldades estruturais como desigualdade econômica, o machismo e o sexismo permaneçam operando em suas vidas, e sendo motivo de constantes conflitos a serem cotidianamente superados.

Palavras-Chaves: Igualdade de Gênero, Programa Bolsa Família, mulheres e empoderamento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPITULO I – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: IMPACTOS NO EMPODERAMENTO DAS MULHERES BENEFICIADAS DO MUNICÍPIO DE BONITO DE MINAS.....	13
I.1 – O Programa Bolsa Família – PBF.....	13
I.2 – O papel das mulheres frente ao PBF: uma contribuição para igualdade de gênero.....	16
I.3 – O PBF em Bonito de Minas.....	21
CAPITULO II – NOTAS SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	22
II.1 – Notas sobre a metodologia.....	23
II.2 – Procedimentos da Pesquisa.....	23
II.3 – Coleta de Dados: Análise Documental	25
II.4 – Resultados e Discussões	25
CAPITULO III – RUPTURAS E/OU PERMANÊNCIAS, NA VISÃO DE ALGUMAS MULHERES BONITENSES.....	31
III.1 – Reflexões sobre as mulheres que recebem o Benefício do PBF: rupturas e/ou permanências?.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	40

LISTA DE TABELAS

Figura 1: Evolução da qualidade de registro no Cadastro único.....	26
Figura 2: Faixa de renda total da família	27
Figura 3: Grau de instrução	27
Figura 4: Faixa etária e gênero	28
Figura 5: Função principal e gênero	29
Figura 6: Formação complementar e gênero.....	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Benefício de Prestação Continuada (**BPC**)

Cadastro Único (**CADÚNICO**)

Centro de Referência de Assistência Social (**CRAS**)

Centro Referenciado Especializado de Assistência social (**CREAS**)

Conselho Nacional de Assistência Social (**CNAS**)

Gestão Política Pública Gênero e Raça (**GPPGER**)

Ministério de Desenvolvimento Social (**MDS**)

Programa Bolsa Família(**PBF**)

Programa de Atenção Integral a Família (**PAIF**)

Política Nacional de Assistência Social (**PNAS**)

Sistema Único de Assistência Social (**SUAS**)

Tabuladores de informação do Cadastro Único (**TABCAD**)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho elaborado como atividade obrigatória para a obtenção do grau de especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – GPPGeR, desenvolvido na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/DF, tem como objeto de análise o Programa Bolsa Família do município de Bonito de Minas, e busca avaliar se o mesmo contribuiu para o aumento da renda familiar e para a igualdade de gênero, no caso das mulheres beneficiárias do programa.

O interesse pelo objeto surgiu mediante a minha prática profissional no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS junto ao Programa Bolsa Família do Município de Bonito de Minas, nos últimos 02 (dois) anos. Assim, a práxis profissional cotidiana levou a questionamento sobre os impactos da transferência de renda e o enfrentamento da pobreza vivenciado pelas mulheres participantes Bolsa Família. Esta preocupação se alinha à necessidade de analisar no campo das políticas públicas de assistência social, a temática gênero. Especificamente, neste caso, se tal Programa contribui para o empoderamento e protagonismo das mulheres beneficiárias.

A presente pesquisa embasa-se em estudiosos/as que discutem a temática de gênero, na perspectiva da mulher, **igualdade, e justiça social** Ayodelle & Garcia-Filice (2008); entre outros autores que falam sobre gestão e políticas públicas como Silveira (2012), Fraser (2007), Vitale (2002) e Carvalho (2008) de documentos oficiais. Serão analisados, em especial aqueles voltados para o Programa Bolsa Família, além do banco de dados do Programa Bolsa Família do município de Bonito de Minas.

Para a verificação dos objetivos utilizou-se a metodologia qualitativa que, segundo Minayo (1994), trabalha com o mundo dos significados, das ações e relações humanas. A pesquisa foi de caráter exploratório com pesquisa de campo para a análise da realidade especificada. Para tanto, escolheu-se como instrumentos de coleta de dados o questionário e a entrevista semiestruturada. Nesse último instrumento de coleta de dados, consoante Pádua (2000), o pesquisador organiza um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

Neste trabalho não se pretende analisar profundamente todas as questões que perpassam *O programa Bolsa Família*, mas sim um ponto delas: as consequências de tal

programa frente o possível emponderamento da mulher e conseqüentemente a igualdade de gênero, pois são várias as dimensões de análise e estudo frente a temática supracitada. Diante deste contexto, o estudo em questão está foi dividido em 03(três) capítulo conforme descrito a seguir.

No Capítulo I **“O Programa Bolsa Família: impactos no emponderamento das mulheres beneficiárias, do município de Bonito de Minas”** foram analisados o surgimento do Programa Bolsa Família e suas mudanças durante o decorrer de mais de uma década de existência, focando neste contexto, a situação da mulher como chefe de família; as características da família monoparental e, principalmente, numa perspectiva histórica e de longa duração, considerando avanços e rupturas, avaliou-se mesmo que de forma panorâmica, a contribuição deste programa para o emponderamento da mulher no que tange a igualdade de gênero que se evidenciou nas políticas públicas no século XXI.

Cabe salientar que no capítulo I também abordou-se a temática monoparentalidade, pois trata-se de uma realidade do município de Bonito de Minas, uma vez que a primeira característica é a presença de um só genitor. Neste ponto reside a diferença básica desta família para a biparental. Nessa existem dois genitores, a função parental é desempenhada em conjunto, de modo que ambos possam ter lugar na criação, convivência, educação e manutenção da prole. Na família monoparental, há apenas um dos genitores para desempenhar os dois papéis, e isto traz impactos a serem considerados.

No Capítulo II – **“Notas sobre os procedimentos de pesquisa”** apresentamos a metodologia utilizada para entender a realidade da mulher bonitense que recebem o benefício do Programa Bolsa Família. Analisamos se ocorreu à igualdade de gênero e, conseqüentemente, se houve de fato o empoderamento da mulher em decorrência da mesma ser chefe de família, perante os critérios impostos pelo referido programa.

De um montante de 15 (quinze) mulheres, selecionamos como sujeitos da pesquisa, somente 5 (cinco) delas com as quais realizamos entrevistas semi-estruturadas. A escolha se deu por terem espírito de liderança e proativas, bem como participarem ativamente das ações do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social (LOAS, p.16, 2012).

O CRAS do município de Bonito de Minas desenvolve diversas atividades que objetiva o fortalecimento de vínculos familiar e comunitário, tendo um caráter de promover e proteger seus membros, no que diz respeito às vicissitudes sociais advindas o cotidiano familiar.

Foi no contexto de atuação e proativismo no PAIF que escolhemos nossas 05(cinco) entrevistadas, que serão melhor apresentadas no capítulo 3 deste estudo.

O Capítulo III, “ **Reflexões sobre as mulheres que recebem o benefício do PBF: rupturas e/ou permanências?**”, tentamos captar a visão de algumas mulheres bonitenses. Focamos em específico na análise dos dados da pesquisa realizada no CRAS, com as mulheres que recebem o benefício do Programa Bolsa Família, de 2005 a 2014 , em específico as 05 (cinco) selecionadas. O intuito foi avaliar se o PBF contribuiu para o aumento da renda familiar e para a igualdade de gênero, no caso das mulheres beneficiárias do programa.

Em síntese, buscou-se por meio desta pesquisa de caráter qualitativo, fazer uma análise, mesmo que pontual, mas elucidativa, para obter dados que subsidiarão uma possível ampliação do debate em Bonito de Minas, sobre o Programa Bolsa Família e a igualdade de gênero em suas diversas manifestações, socializando informações junto ao CRAS e às mulheres beneficiárias do programa. Esta monografia tem ainda a pretensão de contribuir com proposições de ações efetivas que se alinhem à transformação social.

Por trabalhar em meio à a presente realidade, no CRAS de Bonito de Minas, aprofundar nos limites e possibilidades do Programa Bolsa Família reflete uma postura de comprometimento social, de gênero e racial, que não pode mais ser desmerecido por órgãos e instituições que estão como implementadores de políticas governamentais. Enfim, são décadas de invisibilidade que ainda se faz necessário discutir e debater - a temática gênero no campo das políticas públicas.

Neste sentido, o curso de Especialização em Políticas Públicas em Gênero e Raça – GPPGeR, ofertado pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, em parceria com o Ministério da Educação e outras instituições governamentais e não governamentais, cotnribui para a formação continuada de gestores/as, por meio da modalidade Educação a Distância/EaD. Desta forma, a tríade ensino, pesquisa e extensão se materializa contribuindo para a qulificação desta pesquisadora, que , de outra forma, não teria conseguido ampliar percepções acerca de seu fazer cotidiano em Bonito de Minas.

CAPITULO I - O Programa Bolsa Família: impactos no emponderamento das mulheres beneficiárias, do município de Bonito de Minas

O presente Capítulo tem como objetivo fazer um resgate histórico do Programa Bolsa Família (PBF), para, posteriormente, verificar alguns dos possíveis efeitos sobre a condição social das mulheres beneficiárias, no município de Bonito de Minas/MG.

I.10 programa Bolsa Família(PBF)

O programa Bolsa Família surgiu no Brasil na década de 2000 tendo como propósito, de acordo Campello, Neri (2013), assumir a centralidade na política social brasileira, no que tange a transferência de renda como uma forma eficaz de se combater a pobreza e promover o protagonismo individual e familiar.

O Programa Bolsa Família – PBF foi lançado em Outubro de 2003 com a meta de alcançar um quarto da população brasileira, considerada como pobre e extremamente pobre. O programa foi criado pela Medida Provisória nº. 132/2003 (Brasil, 2003), convertida na Lei nº. 10.836/2004 (Brasil, 2004a), por sua vez regulamentada pelo Decreto nº. 5.209/2004 (Brasil, 2004b). Além de unificar os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência direta de renda então existentes no âmbito do governo federal, o PBF tem como objetivos promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial de saúde, educação e assistência social; combater a pobreza e a fome, promovendo a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do governo no território (Brasil 2004b). (CAMPELLO; NERI, p. 264, 2013).grifo nosso

O grifo revela que a tarefa é árdua. Como se nota são muitas as expectativas em torno do PBF. Cabe ressaltar que o PBF já completou mais de uma década de existência, e é preciso averiguar se suas estratégias de inclusão são integradas e contribuem para melhoria das condições de vida e ampliação de oportunidades para as famílias atendidas, em especial, as mulheres. Este estudo se alinha a esta demanda, e revelará as percepções de 05 (cinco) das beneficiárias, no intuito de compor um panorama, mesmo que breve real para assim propor ações de monitoramento ampliadas que venham a contribuir para a adequação dos objetivos propostos pelo PBF.

Nota-se que os critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família partem da definição de situação das famílias na pobreza, dando ênfase nas famílias que possuem crianças, adolescentes, gestantes e nutrízes, e que se encontram em situação pobreza e/ou extrema pobreza.

A unificação dessas ações possibilita a emergência de um programa com desenho relativamente simples – sob a perspectiva dos benefícios quanto das chamadas “condicionalidades”. A transferência de renda voltada para a população produtiva em idade ativa, com ênfase nas crianças, construiu uma novidade na política social brasileira – e, de certa forma, começou a aproximar a estrutura de benefícios sociais do país da encontrada em países com sistema de bem-estar social mais desenvolvidos. Por sua vez, a ênfase nas condicionalidades – e, deve-se dizer, a ênfase nas condicionalidades como forma de garantir às famílias beneficiárias o acesso a serviços básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social – deu corpo à percepção de que certos determinantes da pobreza precisariam ser atacados durante um tempo necessariamente longo para que futuras gerações pudessem efetivamente ter condições de superar a pobreza (CAMPELLO; NERI, p. 25, 2013).

Nesta vertente, a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS como enfatiza Colin, Pereira, Gonelli (2013) e consequentemente, do Cadastro Único –

CadÚnico, são fundamentais no que diz respeito à proteção social brasileira, tendo sempre em vista o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais.

O ano de 2004 constituiu um marco na trajetória de construção do novo modelo de proteção social brasileiro, com a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS, a instituição do PBF e a aprovação, pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, da Política de Assistência Social – PNAS. Cria-se o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, que é reconhecido como responsável pelo o acompanhamento às famílias no âmbito da proteção social básica do SUAS, prioritariamente às famílias beneficiárias do PBF e do BPC – Benefício de prestação Continuada). (CAPELLO; NERI, p. 49, 2013).

Um aspecto essencial para a viabilidade destas propostas seria verificar o orçamento delegado aos municípios. No campo da política nacional a descentralização de recursos. Tanto que em 2005, “uma nova sistemática de gestão e de financiamento público, com repasses continuados e transferências regulares e automáticas operacionalizadas diretamente do fundo Nacional de Assistência Social – FNAS aos fundos de Assistência Social dos municípios, Distrito Federal e Estados foi adotada”. (CAPELLO; NERI, p. 49, 2013).

Na perspectiva governamental, com essa descentralização, estariam “lançadas as bases estruturantes para a implementação, no Brasil, de um sistema público, democrático e participativo”, todavia, esta não é uma situação que possa ser equacionada apenas nesta perspectiva, de causa e efeito. Há de se considerar a dimensão e os problemas de gestão dos municípios que implementam os planos propostos. Eles possuem um corpo técnico qualificado para otimizar adequadamente os recursos destinados? Os indicadores necessários para a identificação das necessidades do público demandante já foram elaborados? Enfim, existem condições objetivas, na ponta, para atender às expectativas emanadas do governo federal, descentralizador do recurso, mas também aquele que vai cobrar resultados? O Estado brasileiro com sua dimensão territorial tem monitorado as singularidades que impedem o sucesso desta ou daquela política? Tem verificado, qualitativamente, porque ano a ano mulheres e negros/as permanecem – recorrentemente, em situação de pobreza extrema?

A fragilidade dos argumentos sobre o poder da “descentralização político-administrativa” como responsabilidade do Estado que agiria em parceria com a sociedade civil, por intermédio da participação nos conselhos e das ofertas pelas entidades de assistência social” (CAPELLO; NERI, p. 49, 2013), não estaria justamente na falta de conhecimento das

singularidades dos entes federados, e do desconhecimento do grau de emponderamento e condições de atuar junto de uma sociedade dispare, multicultural, e economicamente desigual.

De outra parte sendo as mulheres as responsáveis pela gestão familiar do recurso, há de se considerar todas as atividades que já recai sobre as mesmas. O que também tem que se considerar é o peso da dupla jornada que incide sobre as mulheres-mães e trabalhadoras, tudo agregado e que não necessariamente pode ser visto como incapacidade quando a mesma, devido a sobrecarga, não consegue administrar como esperado o recurso. Essa reflexão que será melhor aprofundada no item a seguir. Quando a descentralização não vem acompanhada de monitoramento e análise da gestão cuidadosa da política, considerando os diferentes sujeitos envolvidos, considerando as questões pautadas em gênero, a situação se complexifica.

Para uma melhor compreensão dos 05(cinco) relatos de mulheres beneficiárias em conexão com os documentos avaliados; no sentido de traçar um anorâma, do andamento do PBF em Bonito, considerando a transversalidade de gênero na gestão da política, é preciso tecer algumas considerações acerca de gênero que antecede, inclusive, este formato do PBF, que elege as mulheres como figura central na gestão dos recursos.

I.2. O papel da Mulher frente ao programa Bolsa Família: uma contribuição para a igualdade de gênero.

Em célebre obra sobre a família, Engels (1984) retrata que a história primitiva destaca o predomínio da mulher na casa. Ela era a figura central, constituindo a grande preponderância nos clãs, já que a linhagem feminina garantia o direito materno no caso de dissolução do vínculo conjugal. Com o surgimento da propriedade privada e à medida que iam aumentando as riquezas, o homem passou a apropriar-se do excedente produzido e a ter mais importância que a mulher na família.

Tal vantagem do homem em relação à mulher interferiu na ordem da herança e da hereditariedade, o que provocou a abolição do direito materno, sendo substituído pela filiação masculina e o direito hereditário paterno.

Nesta ótica faz-se necessário entender o universo da família nas suas mais diversas definições e conceitos dando ênfase nas famílias monoparentais, uma vez que de acordo com Vitale (2002), são famílias monoparentais aquelas que possuem um único

progenitor, seja ele o homem ou a mulher, com filhos que não são ainda adultos. A monoparentalidade decorre de fatores como: divórcio, separação, mães solteiras e viuvez.

Enquanto a monoparentalidade mais antiga se esgotava nas categorias das viúvas e das mães solteiras (o que ainda ocorre no final do século), as famílias monoparentais se recrutam especialmente entre as ex-famílias biparentais, tornadas monoparentais em decorrência de um falecimento, porém, cada vez mais, agora, pela separação dos cônjuges, ou pelo divórcio, ou, simplesmente, pela opção de ter filhos mantendo-se sozinho. Assim, enquanto o fenômeno anterior era vivido pela imposição de uma situação (viuvez), atualmente a monoparentalidade tende a ser decorrência direta de uma opção (celibato ou separação), logo, efeito de uma vontade deliberadamente manifestada por esta nova forma familiar (EDUARDO LEITE¹, 1997 *apud* ZAMBERLAM, 2001, p. 100-101).

Ou seja, em decorrência da desigualdade de gênero e da estigmatização da mulher (mãe) solteira, o homem passa a ter um olhar preconceituoso frente tal contexto, fato, ao qual, de acordo Vitale (2002) tal, fato acaba ocasionando em violência, maus tratos, negligência, opressão e discriminação ao referido segmento.

É preciso não esquecer que as mulheres chefes de família costumam ser também ‘mães-de-família’: acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes. Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica. É verdade que essas insuficiências existem também em outras famílias, e igualmente é verdade que ambas têm suas raízes nas condições geradas pela sociedade. Porém, esses fatores sociais são ocultados pela ideologia que coloca a culpa na vítima, e o problema se torna mais agudo quando as duas vítimas são encarnadas por uma só pessoa (BARROSO; BRUSCHINI, 1981, p.40 *apud* VITALE 2002, p. 47-48).

Nesta vertente as mulheres são consideradas um segmento vulnerável, assim, a mulher torna-se duas vezes vulnerável, pois, segundo Vitale (2002), a questão da vulnerabilidade não está ligada necessariamente só à questão do sexo, mas encontra-se intimamente associada à pobreza, constituindo o processo denominado de *feminização da pobreza*². Nessa direção, os estigmas, na maioria das vezes, impedem que se perceba as

¹ LEITE, Eduardo Oliveira. *Famílias monoparentais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

² De acordo com Novellino (2004) a feminização da pobreza é entendida como um fenômeno no qual as mulheres vêm, ao longo das últimas décadas, se tornando mais pobres do que os homens. Este conceito foi introduzido pela estadunidense Diane Pearce em 1978. Para ela a feminização da pobreza é um processo que se desenvolve a partir do momento em que a mulher com filhos passa a não ter mais marido ou companheiro morando no mesmo domicílio e se responsabilizando pelo sustento da família. Nesta perspectiva, o processo de feminização da pobreza tem início quando a mulher, sozinha tem que prover o seu sustento e o de seus filhos.

possibilidades e os recursos que as famílias monoparentais buscam construir, ou seja, a capacidade dessas famílias serem autônomas diante de impeditivos reais.

Famílias e domicílios chefiados por mulheres constituem atualmente uma tendência que extrapola fronteiras geográficas e de classes sociais, mas seguramente também é condicionada por situações regionais e possui manifestações específicas que, mesmo dentro de um mesmo país, determinam e diferenciam entre grupos de famílias e domicílios quanto ao seu grau de vulnerabilidade e sua incidência (CARVALHO, 1998, p. 74).

Ao analisar a expansão da monoparentalidade, Luiza Carvalho (1998) afirma que este fenômeno nem sempre está ligado à pobreza, porquanto decorre tanto de causas históricas e sociais quanto econômicas, no entanto todas têm um peso específico que varia de uma região para outra. Assim, ao passo que na África a principal causa da monoparentalidade feminina pode ser a migração rural-urbana masculina, na Índia está condicionada essencialmente à viuvez, já nos Estados Unidos está ligada à entrada da mulher no mercado de trabalho associada a políticas de amparo a filhos de mães solteiras.

As mulheres chefes de famílias em sua maioria possuem ganhos irrisórios que satisfazem o mínimo para sobreviver. O Censo de 2000 revelou que o rendimento médio das mulheres responsáveis por domicílio era cerca de R\$ 591,00 e dos homens R\$ 827,00 (IBGE, 2000).

Condicionar a trajetória monoparental com as condições de vida e gênero é um caminho a ser aprofundado, uma vez que ainda se faz necessário a sociedade de uma forma em geral ver a mulher (mãe) solteira como qualquer outra mulher, no que diz respeito direitos fundamentais inerentes a pessoa humana. “Por essas razões, reconhece-se a necessidade de uma política social que esteja atenta às situações em que a mulher está em situação de vulnerabilidade tanto por ser mulher quanto por ser chefe de família” (CARVALHO, p. 34, 1998). Neste propósito, reconhece-se que essas famílias são demandatárias de proteção social, logo, foco de critérios para políticas sociais.

As transformações ocorridas nas relações sociais como afirma Vitale (2002), vêm construindo novas formas de participação e resistência da sociedade civil frente às demandas que passam a deixar de serem vistas como uma crise que afeta a população explorada, mas como um problema gerado por um sistema econômico que gera desigualdades entre as classes, gêneros e etnias.

Não obstante, um dos critérios ainda da mulher estar à frente do Programa Bolsa Família é que a mesma seja a responsável familiar, ou seja, o benefício é concedido no nome da mulher. Esse fato que pode gerar uma explicação causal e simplista - que o PBF propicia, indiretamente, a igualdade de gênero, uma vez que a mulher passa a ser a provedora do benefício e conseqüentemente, a provedora da família. Explicação aparentemente frágil, há de se considerar se tem alguma pertinência esta afirmação – que o PBF produz igualdade de gênero; e verificar isto em Bonito.

Há de se compreender, se as beneficiárias ouvidas decifram este programa como positivo e mecanismo de mudança de sua condição social, ver em que medida, PBF como principal fonte de renda do núcleo familiar, contribuí para a emancipação feminina em alguma medida.

A ênfase sobre as desigualdades de gênero justifica-se pela relevância de se conhecerem os desdobramentos, sobre as condições de vida das mulheres beneficiárias, decorrentes da concessão preferencial às mulheres do cartão utilizado para saque do benefício provido pelo PBF. Esta é uma prática já consolidada na gestão de programas de proteção social no Brasil, baseada em evidências de que as mulheres tendem a fazer um “melhor uso” da renda, isto é, tendem a utilizá-la em prol do bem-estar do núcleo familiar, principalmente de seus membros mais vulneráveis, como as crianças.

As três dimensões que pautam o programa estão articuladas de forma a que promovam o “alívio imediato da pobreza” através da transferência direta da renda às famílias beneficiárias: reforcem ação dos direitos básicos nas áreas da Saúde e Educação utilizando as condicionalidades (ferramentas criadas para controlar e “garantir” o acesso aos serviços médicos e a presença de crianças e adolescentes nas escolas), “o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações”. (MDS, 2004).

Contudo, de acordo Campelo, Neri (2013) há pouco conhecimento sobre como esta prática de transferência de renda se reflete na dinâmica familiar, ou seja, nas relações entre os membros da família e na divisão de trabalho intrafamiliar; nas condições de vida das mulheres, em especial, a divisão de tempo entre lazer e trabalho, incluindo afazeres domésticos; no respeito devotado a elas pelos demais membros da família; em sua autoestima; seu poder decisório sobre a alocação de recursos dentro da casa; e nas condições de vida da família como um todo, especialmente no que tange à nova composição do gasto familiar, possibilitada pelo recebimento do benefício.

Para Brito (2011) o programa vem gerando mudanças altamente positivas para a sobrevivência das famílias e conseqüentemente para o protagonismo da sociedade. Além disso, também houve melhoras significativas, embora mais restritas, no âmbito da educação e da saúde das mulheres e suas famílias.

Porém, a mudança que requer mais atenção, tanto por ser generalizada quanto por se constituir na mais sólida das bases para a superação da condição de pobreza, é o fato de as mulheres terem começado a tomar consciência do significado da cidadania.

No PBF estão expressas concepções sobre as relações de gênero, embora o Programa não se caracterize de *per se* como uma política governamental concebida ou voltada para as mulheres. Seus efeitos, previstos ou não, são significativos sobre o segmento feminino da população pobre e extremamente pobre uma vez que os titulares do cartão são preferencialmente as mulheres, cabendo a elas a responsabilização sobre os gastos e sobre o cumprimento das condicionalidades. (MDS, p. 45, 2004)

Diante do exposto uma dos critérios para concessão do benefício é que o chefe de família seja a mulher, fato, ao qual, é de extrema relevância para que se possa discutir a importância do Programa Bolsa Família na redução da igualdade de gênero e suas nuances. Outro ponto importante desta reflexão são as bases desiguais em que esta noção de chefe de família se delineia. Para Carvalho (1998):

O conceito de chefia familiar tem suas origens nas leis que regiam a família em sociedades antigas. Era normalmente empregado para designar a um único membro – geralmente o homem mais velho – o poder sobre os demais membros do domicílio. De modo geral, chefia familiar é em si um conceito tendencioso, que traz subentendido um sistema patriarcal de governância e a noção de ausência de conflitos internos quanto à alocação de recursos entre os membros da família (CARVALHO, 1998, p. 57).

Dados do IBGE têm mostrado transformações que vêm ocorrendo de forma substancial no contexto das relações familiares e de gênero na maioria das sociedades atuais, inclusive no Brasil. Cresce nos últimos anos o número de famílias chefiadas por mulheres. Informações recentes do IBGE (2009) revelam que um terço das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais esse número subiu de 25,9% em 1998 para 34,9% em 2008.

As famílias monoparentais são normalmente chefiadas por viúvas, por jovens mães solteiras ou mulheres separadas de acordo Carvalho (1998). Já para Vitale (2002) a importância atribuída ao fenômeno crescente da chefia é, em grande parte, associada ao potencial que as populações que vivem nessas circunstâncias têm de estarem submetidas às situações de maior pobreza e vulnerabilidade. Este tipo de arranjo denominado de famílias monoparentais tem crescido principalmente entre as famílias mais pobres e tendo em vista a amplitude do fenômeno no universo pesquisado.

No município de Bonito de Minas o Programa Bolsa Família foi regulamentado e implementado no ano de 2001 sendo um agente fundamental para manutenção de mais de 60% das famílias bonitenses de acordo dados do MDS, em sua maioria monoparentais.

I.3 - O programa Bolsa Família(PBF) em Bonito de Minas

Em específico no município de Bonito de Minas com base nos dados do site do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS no item TABCAD, mais os registros de fevereiro de 2013 do Cadastro Único e a folha de pagamentos de março de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com: - 2.130 famílias registradas no Cadastro Único - 1.398 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (59,29 % da população do município).

Programa Bolsa Família em março de 2013, o município tinha 1.398 famílias do Programa Bolsa Família. Isso representa 102,12 % do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 102,12 %). Foram transferidos R\$ 337.958,00 às famílias beneficiárias do Programa em março de 2013. De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a março de 2013, houve aumento de 6,96 % no total de famílias beneficiárias. Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família. Com a mudança, todas as famílias do programa superaram a extrema pobreza. (<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/suasag>)

Os dados supracitados mostram a importância do Programa Bolsa Família para as famílias do município de Bonito de Minas/MG, fato, ao qual, evidencia a necessidade de aprofundar os estudos (pesquisa) frente à relevância deste programa para as mulheres chefe de família, no que tange seu empoderamento e conseqüentemente a possível igualdade de gênero em decorrência de acordo Vitale (2002) a uma sociedade machista.

CAPÍTULO II

NOTAS OS PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O objetivo deste capítulo é detalhar a metodologia utilizada dando ênfase nos procedimentos da pesquisa de forma ordenada, para compreender o formato da implementação do Programa Bolsa Família do município de Bonito de Minas, e busca avaliar se o mesmo contribuiu para o aumento da renda familiar e para a igualdade de gênero, no caso das mulheres beneficiárias do programa; com base em bancos de dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS e outras fontes de pesquisa como: livros, endereços eletrônicos, revistas e informativos, além de entrevistas.

Pretende-se neste capítulo utilizar-se de levantamento de dados fomentados a partir de um sistema que transforma as informações qualitativas em dados quantitativos, sendo este o Tabulador de Informações do CadÚnico – TABCAD. Cabe salientar que essa fonte de pesquisa não será a única a ser pesquisada e analisada, mas o principal dispositivo a ser buscados dados, uma vez que contem informações concretas sobre a realidade das famílias que recebem o PBF e suas nuances.

De acordo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS (2010) o Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Nesta ferramenta, TABCAD, pode-se conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias por meio da apresentação de dados agregados do Cadastro Único.

De acordo Gil (2009) define-se pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.

A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 2009, p. 17).

Já para Marconi; Lakatos (2009) toda pesquisa deve apoiar-se em fatos observados e provados, resultante da pesquisa, e basear-se em uma teoria, que permita a análise dos dados.

II. 1. – Notas sobre a Metodologia

Para esta pesquisa utilizou-se a pesquisa documental, sendo uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas, realizados a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos, no qual, se deu o enfoque em fontes como tabelas estatísticas, pareceres, relatórios, notas, projetos de lei, mapas, informativos, depoimentos orais e escritos.

De acordo Gil (2009) a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema, fato, ao qual, vai de encontro com o propósito do universo pesquisado sendo este as mulheres que recebem o benefício do PBF e que se encontram nos serviços do SUAS no município de Bonito de Minas/MG.

Cabe salientar que todo o processo perpassa pelo viés da pesquisa qualitativa que de acordo Gil (2009) tem um caráter exploratório, pois estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, além de mostrar aspectos subjetivos principalmente por se ter o contato face a face do entrevistador com o entrevistado.

Diante do exposto, todos os métodos supracitados obteve um caráter exploratório, no que diz respeito a busca por fontes e autores que discutem a temática e suas nuances, dando ênfase no tabulador de informação do CADÚNICO/TABCAD provido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS.

II.2 – Procedimentos da pesquisa

Pretende-se neste item fomentar alguns dados coletados na revisão bibliográfica e nos acervos digitais entre eles o Tabulador de Informações do CadÚnico – TABCAD, sendo este o principal referencial para discussão e avaliação da temática sugerida neste trabalho monográfico. Segundo consta o Tabulador o Cadastro único para Programas Sociais é um instrumento que:

Identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Nesta ferramenta TABCAD pode-se conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias por meio da apresentação de dados agregados do Cadastro Único. Para utilizar corretamente a ferramenta é importante conhecer os conceitos das variáveis do Cadastro Único o que pode ser

feito através da leitura dos manuais de orientação para o cadastramento das famílias, disponíveis no item “Documentos” da barra de Menu do site d MDS. aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/sobre_tabcad.phprodap//aplicacoes.mds.

Por meio do tabulador referente às informações das famílias e pessoas, obtém-se dados sobre tabualdor com duas variáveis (famílias e pessoas) e tabulador com frequência simples com uma variável (pessoas).

Além do Tabulador mencionado, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS oferta diversas sistemas de pesquisa referente à realidade social das famílias e indivíduos de todo o Brasil, este foi outro banco de dados cuidadosamente analisado e utilizado nesta pesquisa.

De posse destas informações, parte de nosso campo foi desenvolvido. A pesquisa perpassou o estudo deste campo que revelou em detalhes aspectos das mulheres bonitenses. Gil Vicente (2009) enfatiza a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma permanência o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado.

Outra distinção é que no levantamento procura-se identificar as características dos componentes do universo pesquisado, possibilitando a caracterização precisa de seus segmentos. Já no estudo de campo, estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes. Dessa forma, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnica de observação do que de interrogação (GIL VICENTE, p.53, 2009).

Com esse entendimento, após a análise dos dados que serão apresentado a seguir, inserimos as entrevistas de 5 (cinco) mulheres que recebem o benefício do PBF e que encontra-se inserida nos serviços do Sistema Único da Assistência Social – SUAS do município de Bonito de Minas/MG e folha de pagamento.

Entretanto, faz-se necessário antes de explicitamos as visões dessas mulheres sobre o impacto do PBF em suas vidas, entender , mesmo que de forma panorâmica, a importância deste programa para as mulheres do município. Serão descritos e demonstrado por gráficos alguns números e informações sobre o mesmo. Para a coleta desses dados foram utilizadas as técnicas de coleta de dados descritas a seguir.

II. 3. Coleta de Dados: Análise documental

Como explicado, num primeiro momento utilizou-se de um levantamento do banco de dados do TABCAD com base nos preceitos da pesquisa bibliográfica. Trata-se, de acordo Marconi & Lakatos (2009) de um apanhado geral sobre trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.

A pesquisa bibliográfica, como qualquer outra modalidade de pesquisa, desenvolve-se ao longo de uma série de etapas. Seu número, assim como seu encadeamento, depende de muitos fatores, tais como a natureza do problema, o nível de conhecimento que o pesquisador dispõe sobre o assunto, o grau de precisão que se pretende conferir à pesquisa etc (GIL, p. 59, 2009).

Nesta ótica foi realizado um levantamento bibliográfico preliminar, tendo em vista a relevância do tema pesquisado tanto para a população bonitense em geral, e sua contribuição, mesmo que singela, para o meio acadêmico. Este estudo, aborda mesmo que de forma ainda pontual, a realidade de uma grande maioria de mulheres como detalhado nas análises descrita e detalhadas no item resultados.

As informações descritas no item resultado foram obtidas por meio do sistema Visor SUAS³, e por meio do IBGE. Após este mapeamento focamos nas entrevistas às 05(cinco) protagonistas, sujeitas da pesquisa, escolhidas em função de sua ativa participação nas ações do CRAS, de Bonito. Considerando o percurso da pesquisa passamos aos resultados.

II.4. Resultados

Conforme dados do último Censo Demográfico do IBGE⁴, no município, em agosto de 2010, a população total era de 9.673 residentes, dos quais 3.449 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00.

⁴ Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/suasag/index.php>. Acesso dia 03/07/2014.

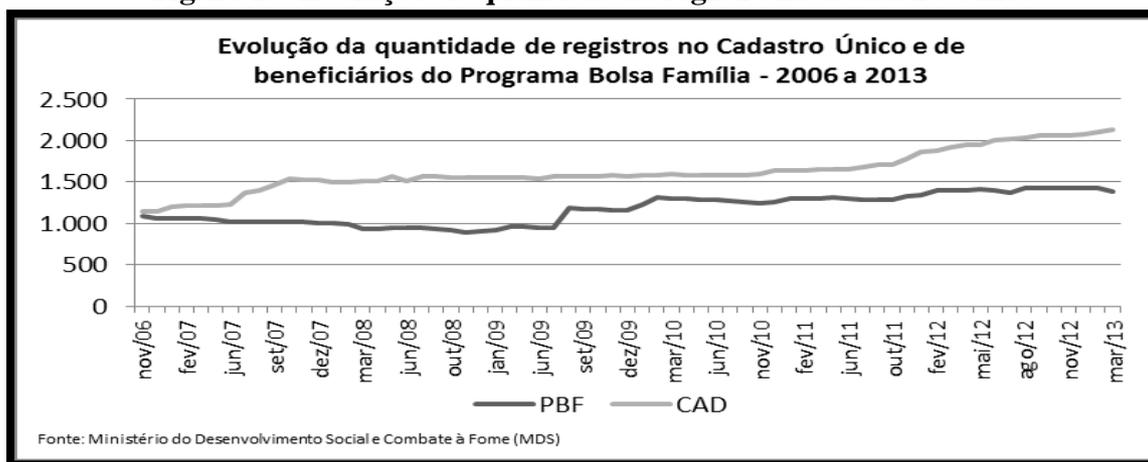
Isso significa que 35,7% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 3.243 (94,0%) viviam no meio rural e 206 (6,0%) no meio urbano.

No Município Bonito de Minas/MG, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em março de 2014 do município supracitado era de 2.411 dentre as quais: 1.470 com renda per capita familiar de até R\$70,00, 1.618 com renda per capita familiar de até R\$ 140,00 e 1.972 com renda per capita até meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família - PBF é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de março de 2014, 1.573 famílias, representando uma cobertura de 114,9 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 235,05 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 369.740 no mês.

De acordo com os cruzamento dos dados e registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família do município de Bonito de Minas (informação gerada pelo sistema Visor SUAS). O município conta com 2.130 famílias registradas no Cadastro Único e 1.383 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (64,93% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros no município de Bonito de Minas:

Figura 1 – Evolução da qualidade de registro no Cadastro Único:



Outra informação importante é a renda total da família e sua relação de gênero, como descrito na Figura 2., a seguir:

Figura 2: Faixa de renda total da Família⁵

Faixa da renda total da família	Sexo			Total
	Masculino	Feminino	Sem Resposta	
Até 1 S.M.	3.590	3.559	0	7.149
Entre 1 e 2 S.M.	513	481	0	994
Entre 2 e 3 S.M.	77	74	0	151
Acima de 3 S.M.	18	27	0	45
Sem Resposta	0	0	0	0
Total	4.198	4.141	0	8.339

Neste quadro, pode-se analisar que no universo pesquisado de 7.149 pessoas a renda por gênero esta praticamente dividida, fato, ao qual, verifica-se a evolução da igualdade de gênero por meio da renda. É pertinente analisar ainda que a renda total da família acima de 3 (três) salários mínimos as mulheres são maioria perante os homens.

Outro fator a ser analisado é o grau de instrução de acordo a questão de gênero, como descrito na Figura 3.:

Figura 3: Grau de Instrução:

Sexo	Grau de Instrucao							Total
	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto ou mais	Sem Resposta	
Masculino	1.076	2.032	234	239	228	4	385	4.198
Feminino	923	1.848	227	317	418	29	379	4.141
Sem Resposta	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.999	3.880	461	556	646	33	764	8.339

Fonte: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_tabcad.php?p_forma=2#tabela_link

Neste sentido, o referido quadro pode-se analisar que no universo pesquisado de 8.339, no que tange a questão de gênero, que os homens possuem um maior grau de instrução até o fundamental incompleto, mas do ensino médio incompleto até superior incompleto a mulher é maioria.

⁵ Fonte: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_tabcad.php?p_forma=2#tabela_link

Não obstante, as informações supracitadas parecem anunciar uma tendência: as mulheres estão mais preocupadas e empenhadas com grau de instrução, tendo em vista a significativa inserção da mulher no mercado de trabalho, nas mais diversas áreas de atuação. Em contrapartida, em relação à desigualdade de gênero ainda é presente no mercado de trabalho sendo tal materializada nos melhores salários e cargos ainda serem predominantes pelos homens.

Já a Figura a seguir demonstra a faixa etária dividida por sexo:

Figura 4: Faixa Etária e gênero

Faixa etária	Sexo			Total
	Masculino	Feminino	Sem Resposta	
Entre 0 e 4	367	349	0	716
Entre 5 a 6	176	169	0	345
Entre 7 a 15	899	874	0	1.773
Entre 16 a 17	236	215	0	451
Entre 18 a 24	516	573	0	1.089
Entre 25 a 34	565	599	0	1.164
Entre 35 a 39	244	207	0	451
Entre 40 a 44	204	203	0	407
Entre 45 a 49	230	184	0	414
Entre 50 a 54	168	179	0	347
Entre 55 a 59	162	162	0	324
Entre 60 a 64	147	141	0	288
Maior que 65	284	286	0	570
Sem Resposta	0	0	0	0
Total	4.198	4.141	0	8.339

Fonte: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_tabcad.php?p_forma=2#tabela_link

Diante do exposto acima no universo pesquisado de 8.339, notou-se quase em 50% a igualdade de gênero, ou seja, existe no município de Bonito de Minas, uma divisão na relação de gênero em números.

A figura a seguir demonstra a função principal com relação à igualdade de gênero.

Figura 05 - Função Principal e gênero

função principal	Sexo			Total
	Masculino	Feminino	Sem Resposta	
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	385	23	0	408
Trabalhador temporário em área rural	43	0	0	43
Empregado sem carteira de trabalho assinada	39	24	0	63
Empregado com carteira de trabalho assinada	30	3	0	33
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	1	23	0	24
	0	0	0	0
Trabalhador não	548	156	0	704
Militar ou servidor público	53	114	0	167
Empregador	0	0	0	0
Estagiário	1	0	0	1
Aprendiz	0	0	0	0
Sem Resposta	3.096	3.796	0	6.892
Total	4.196	4.139	0	8.335

Fonte: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_tabcad.php?p_forma=2

Nesta vertente, o quadro acima retrata a evolução da mulher frente a sua inserção no mercado de trabalho ao longo dos anos, no qual, evidencia-se ainda mais na contemporaneidade, fato, ao qual, agrega a mulher bonitense.

Do universo de 8.335 pessoas, 6.892 responderam sua função principal, no qual, percebe-se que o homem prevalece nos trabalhos braçais enquanto a mulher sobressai nos trabalhos que obtém um maior grau de escolaridade. Retratando esta realidade o quadro abaixo demonstra o número de pessoas que concluíram algum tipo de curso de acordo o gênero:

Figura 06: Formação complementar e gênero

a pessoa concluiu o curso	Sexo			Total
	Masculino	Feminino	Sem Resposta	
Sim	606	812	0	1.418
Não	1.252	1.099	0	2.351
Sem Resposta	2.340	2.230	0	4.570
Total	4.198	4.141	0	8.339

Fonte: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/tabulador_tabcad.php?p_forma=2#tabela_link

Pode-se verificar que do total de pessoas pesquisadas por meio das base de dados annciadas, 8.339, apenas 1.418 concluíram algum tipo de curso, sendo que destas 812 são

mulheres, fato, que evidencia a primazia do referido segmento quando se refere a grau de instrução.

Por fim, os dados supracitados demonstram informações que expressam numa divisão igualitária entre os sexos, masculino e feminino, todavia conforme veremos pelas falas das entrevistas não se pode afirmar que há uma equidade de gênero, ou seja, que as mulheres tenham o mesmo tratamento que os homens. No que se refere à igualdade de gênero, mesmo que de forma quantitativa, as mulheres bonitenses são maioria em número habitacional, no grau de instrução, como chefe de família e na renda. Mas, quando nos embrenhamos no campo das relações humanas, com um olhar cuidadoso para o tratamento delegado a estas mulheres, em sua maioria, arrimo de família, o quadro revela, que culturalmente muito há de ser modificado. Entretanto, como veremos, é notório que mudanças – mesmo que ainda pontuais e numéricas, estão ocorrendo. E mais, as mulheres, as mulheres estão cada vez mais, conscientes deste processo. Sabem que estão avançando, mas – umas mais outras menos, enfrentam os limites que lhes são impostos ainda pela mentalidade machista que opera no real.

Diante do exposto, o próximo capítulo objetiva verificar essa realidade das mulheres bonitenses, em específico as mulheres que recebem o BPF e participam dos serviços do CRAS, tendo em vista a igualdade de gênero e conseqüentemente, avaliar em que medida pode se dizer que o protagonismo da mulher na sociedade e no seio familiar é uma constatação, do ponto de vista destas, que são as principais envolvidas.

CAPÍTULO III

PBF: RUPTURAS E/OU PERMANÊNCIAS, NA VISÃO DE ALGUMAS MULHERES BONITENSES?

O capítulo III busca refletir sobre os impactos na vida das mulheres atendidas em Bonito, especificamente registrar as impressões de 05 (cinco) delas, mais pontualmente, no sentido de indicar caminhos que representem, na perspectiva das envolvidas, uma mudança de rumo ou não na PBF em Bonito de Minas.

Todavia, primeiramente, com base nos dados apresentaremos uma breve descrição da implementação da gestão integrada entre os serviços, benefícios e transferência de renda nacional em Bonito de Minas. O intuito é verificar como se dá a implementação em Bonito, se há o acompanhamento das famílias beneficiárias, se há o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, se há garantia do acesso das famílias e indivíduos aos serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e outras políticas setoriais. Em seguida, tentamos captar as impressões das entrevistas, posto serem ativas e lideranças no encaminhamento das demandas da comunidade local, fato este percebido nas reuniões do CRAS e utilizado como critério de seleção para serem as sujeitas da pesquisa, conforme já informado.

O contexto de proteção social por meio dos serviços, programas, projetos e benefícios objetiva proteger a família na sua amplitude, das vicissitudes sociais advindas do cotidiano, com fins, de coibir e/ou minimizar as situações de vulnerabilidade e/ou risco social, familiar e individual, tendo sempre em vista o protagonismo social e familiar. As transformações ocorridas nas relações sociais vêm construindo novas formas de participação e resistência da sociedade civil frente às demandas que passam a deixar de serem vistas como uma crise que afeta a população explorada, mas como um problema gerado por um sistema econômico que acirra as desigualdades entre as classes, gêneros e étnico-raciais.

A Proteção Social Básica tem caráter preventivo e processador de inclusão social, destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, situação de privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos), em situação de fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras) – PNAS/2004.

Considerando a noção de Proteção Social descrita, há de se destacar o caráter preventivo do Programa, sem desmerecer avaliar como ele tem incidido em populações que já vivem esta situação, aí não seria preventivo, e sim curativo – entenda-se, com o propósito de minimizar as mazelas do público demandante.

Para compreender um pouco a realidade de Bonito e se as beneficiárias ouvidas decodificam este programa como positivo e mecanismo de mudança de sua condição social, ver em que medida, PBF como principal fonte de renda do núcleo familiar, contribui para a emancipação feminina, em Bonito, em alguma medida é o objetivo entral e final desta pesquisa.

O presente capítulo objetiva analisar as informações obtidas por meio da aplicação do formulário às 5 (cinco) mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, no qual, todas participam das atividades (grupos de convivência) do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS de Bonito de Minas/MG.

Para a melhor compreensão, na entrevista, elaboramos cinco perguntas semi-estruturadas, a saber:

- 1) Em que medida, o Programa Bolsa Família do município de Bonito de Minas contribui para a equidade de gênero e/ou possibilita que haja uma transformação na realidade das mulheres beneficiárias?
- 2) Há um empoderamento e protagonismo das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família de Bonito de Minas?
- 3) Há mudanças na qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família de Bonito de Minas?
- 4) Você acredita que depois do benefício de transferência de renda do Bolsa Família você passou a ser vista com direitos iguais perante seu marido e sociedade de uma forma em geral?.

Com base nas respostas das questões supracitadas, analisamos a importância do PBF na vida destas mulheres, no que diz respeito seu protagonismo, igualdade de gênero e conseqüentemente, se contribuiu para o seu empoderamento.

As 5 (cinco) mulheres entrevistadas possuem a faixa etária em média entre 26 e 55 anos. Das cinco 3 (três) encontram-se desempregadas e as outras 2 (duas) trabalham como ajudante do lar, sendo a renda mensal em média de 1 (um) salário mínimo. E ainda, 3 (três) encontram-se no contexto de família monoparental, ou seja, são mães solteiras e provem suas

famílias sozinhas. No que se refere o grau de instrução 4 (quatro) possuem o ensino médio incompleto e apenas 1 (um) possui o ensino médio completo, conforme o quadro a seguir:

Quadro 01 – Perfil das entrevistadas por renda e grau de instrução.

Entrevistado(a)	Idade	Cargo que Ocupa	Média Salarial	Grau de Instrução
Entrevistada 1	37	desempregada	R\$ 0,00	Ensino médio incompleto
Entrevistada 2	26	Ajudante do lar	R\$ 724,00	Ensino médio completo
Entrevistada 3	45	desempregada	R\$ 0,00	Ensino médio incompleto
Entrevistada 4	39	Ajudante do Lar	R\$ 724,00	Ensino médio incompleto
Entrevistada 5	55	desempregada	R\$ 0,00	Ensino médio incompleto

É importante salientar que as respostas foram divididas por entrevistadas ficando definido a seguinte denominação entrevistado 1, 2, 3, 4 e 5. Serão apresentadas na íntegra, cada resposta de todas as entrevistadas, de acordo com a pergunta e posteriormente as mesmas serão analisadas. Nesta vertente obteve-se as seguintes respostas na íntegra de cada entrevistada.

III.1 – Reflexão sobre as Mulheres que recebem o benefício do PBF: rupturas e /ou permanências ?

Dando continuidade, passamos à avaliação das respostas às questões formuladas .

Primeira pergunta: *Em que medida o Programa Bolsa Família do município de Bonito de Minas contribui para a equidade de gênero e/ou possibilita que haja uma transformação na realidade das mulheres beneficiárias?*

Só no caso de serem prioridades como responsável para receber o benefício já é uma grande transformação, pois as mulheres tem a capacidade de tomar decisões do grupo familiar (ENTREVISTADA 1).

Em grande proporção, pois o programa dá condições para que as mulheres cuidem de situações antes resolvidas por homens, pois dependiam de alguma renda que vinham deles (ENTREVISTADA 2).

Sim, com o benefício as mulheres passou a ser mais responsável com a relação de seus filhos em casa, na escola (ENTREVISTADA 3).

As mulheres passaram a ter autonomia, auto confiança, cuidam melhor de seus filhos e tornaram independentes de seus maridos (ENTREVISTADA 4).

As mulheres obtiveram mais liberdade e a garantia do seu meio próprio sustento, elas tem a liberdade de compras ou utilizam este benefício sem ter a necessidade de ocupar seus maridos quando não querem, ou não tem trabalho fixo (ENTREVISTADA 5).

Diante das respostas obtidas pode-se perceber que as mulheres de fato se sentem mais empoderadas principalmente, no que diz respeito à independência financeira do marido. Bilac (2006) enfatiza que o bolsa família como um programa de transferência de renda têm que ser complementar, não sendo a única fonte de renda capaz de sustentar uma família, até mesmo porque o valor repassado é irrelevante para a sobrevivência em condições dignas.

Assim, é importante avaliar o referido processo de protagonismo da mulher como o principal conquista deste programa, uma vez que a igualdade de gênero passa a ser uma realidade mesmo que de forma intrínseca.

Ou melhor, o que se observou foi o quanto a concepção de proteção social está sendo fundamental junto ao PBF e o quanto os limites deste Programa tem como objetivo a emancipação das famílias, extrapola em muito a capacidade de um programa social, uma vez que além do protagonismo da mulher, conseqüentemente minimiza-se a desigualdade de gênero, mesmo que de forma ainda tímida.

Outras mudanças mais significativas estão em curso, mas, considerando a realidade de Bonito de Minas apresentada, as falas são sintomáticas de um mudança paradigmática em curso, no âmbito do emponderamento e do econômico, todavia, este último, como veremos ainda estruturalmente inabalado e desigual.

As mudanças são visíveis nos mais diversos setores, como por exemplo na política, pois mesmo depois de conseguirmos direitos ao voto, a presença feminina ocupando cargos políticos era pequena e, em alguns casos até inexistente. Hoje nós ocupamos espaços que antes eram destinados apenas aos homens. E exemplo vivo é a Presidenta Dilma Rousseff, contrariando os paradigmas do patriarcalismo (HOLANDA, p. 243, 2013).

Nesta perspectiva e com base nas colocações de Holanda (2013) percebe-se que as mulheres depois de décadas de luta, por meio uma caminhada árdua, está conquistando o

merecido espaço que lhe é de direito na sociedade. O PBF pode ser considerado como uma contribuição desta conquista, a partir do momento que cria o critério de chefe da família, a mulher.

Cabe salientar que o PBF não é o grande transformador desta realidade de protagonismo da mulher e/ou da redução da desigualdade de gênero, mas um agente fundamental, uma vez que proporcionou a mulher ser vista com mais atenção por todos(as).

Segundo pergunta: *Há um empoderamento e protagonismo das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família de Bonito de Minas?*

As entrevistadas responderam da seguinte forma:

Sim, porque as mulheres vem adquirindo papel o principal na sociedade bonitense, como o bolsa família há uma melhora considerável nas condições de vida, nas relações familiares, na conscientização e autonomia, as mulheres estão conscientes sobre os seus direitos (ENTREVISTADA 1).

Como beneficiária programa bolsa família vejo que sim, pois passaram a ter mais autonomia em resolver e tomar decisões referente a sua vida e a vida de seus filhos e de seus lares (ENTREVISTADA 2).

Sim porque as mulheres passou a ser independentes para tomar suas próprias decisões e as famílias passou a aumentar números de filhos em busca do aumento de sua renda (ENTREVISTADA 3).

Sim, as famílias são bem inseridas e seus cadastros são atualizados a cada dois anos (ENTREVISTADA 4).

Sim, para aquelas que utilizam do benefício para o uso adequado com cada necessidade sem ter que preocupar de onde tirar (ENTREVISTADA 5).

Com base nas respostas à segunda pergunta no que se refere no empoderamento e protagonismo da mulher ficou evidente junto às entrevistadas que tal fato ocorre no cotidiano das mesmas, uma vez que todos responderam sim à percepção do emponderamento desencadeado com o PBF, e ainda enfatizaram outros pontos positivos.

Nesta ótica, segundo Holanda (2013), coloca-se que diante de tantas conquistas, surgem discursos que argumentam a favor da ideia de que a mulher não precisaria mais se indispor em lutas por mais direitos, devendo apenas se preocupar em usufruir de tudo o que já conquistou.

Tal colocação demonstra justamente a sociedade machista que temos mesmo que nos dias atuais, e de forma velada, mas presente, no qual, faz-se necessário lembrar que apesar das inúmeras conquistas, nem tudo mudou.

Além de enfrentarmos as dificuldades típicas do mundo do trabalho, as mulheres ainda devem ser mãe, educar e cuidar de seus filhos, manter a casa em ordem e permanecer sendo a esposa desejada por seu marido. Não é de se estranhar que essa situação gere um claro conflito: a mulher teria mesmo conseguido sua liberdade, já que ainda precisa cuidar da casa e dos filhos? Ou apenas acumulou responsabilidades? Ao compararmos um casal que não têm filhos e que possuem jornadas de trabalho semelhantes, veremos que, na maioria dos casos, ao chegarem a casa, os dois se deparam, com situações totalmente diversas. (HOLANDA, 2013, p.243).

Já referente à:

Terceira pergunta: *Há mudanças na qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família de Bonito de Minas?*

Obteve-se as seguintes respostas:

Sim, consideravelmente todas as mulheres após serem beneficiárias com o programa, não só a qualidade de vida, como a auto estima das mulheres vem mudando embora seja um processo lento (ENTREVISTADA 1).

Mesmo não sendo suficiente creio que sim, pois antes a população carente tinha pouco ou nenhum acesso ao necessário e a partir do benefício o crescimento na qualidade de vida com a melhoria na alimentação, saúde e aumento de renda familiar (ENTREVISTADA 2).

Sim, porque com o benefício as famílias podem dar condições de estudo e boa alimentação para seus filhos, conforto em sua moradia, as crianças podem ser vista e mais bem vestidas (ENTREVISTADA 3).

Sim, mudanças na alimentação, vestuário, saúde que passaram a ser de melhor qualidade (ENTREVISTADA 4).

Sim, porque elas se sentem a altura de qualquer outro. Com o crédito na mão passaram a ter crédito na comercio (ENTREVISTADA 5).

Analisando as respostas desta pergunta percebeu-se que mesmo ocorre de forma frágil e inconsistente, mas a uma melhoria na qualidade de renda principalmente, no que se refere à transferência direta de renda para a família, gerando conseqüentemente em bem estar e protagonismo da mulher ficou visível. Avalizar que esta mudança, mesmo que pequena na conjuntura familiar, não implica dizer que estruturalmente a desigualdade econômica foi

alterada. Para este estudo se fazem necessário outras pesquisas, que agreguem informações sobre trabalho e renda, considerando, inclusive os aspectos do consumo, aquisição de insumos etc.

Por fim, registra-se:

Quarta perguntada: *Você acredita que depois do benefício de transferência de renda do Bolsa Família você passou a ser vista com direitos iguais perante seu marido e sociedade de uma forma em geral?*

Sim, porque as mulheres tem sido a principal responsável pela gestão de seus recursos em nome da família (ENTREVISTADA 1).

Ainda não, pois vivemos em uma sociedade machista a alguns maridos que acham que quem sabe o que vai fazer com a renda são eles que decidem que iram comprar e onde iram empregar. Muitas vezes não sendo investido no básico (ENTREVISTADA 2).

Sim, porque o povo do Bonito começou a valorizar mais as mulheres.(ENTREVISTADA 3).

Sim, com essa renda as mulheres tornaram independentes sem ajuda de seus maridos a sociedade passou a vê - las com outros olhos (ENTREVISTADA 4).

Sim, porque elas se sentiram mais valorizadas (ENTREVISTADA 5).

Diante das respostas, evidencia-se nas falas que o PBF desencadeou diferentes percepções. Mesmo numa amostra tão pequena, nota-se que 03 (três) destacam sentir que a ser mais respeitadas posto terem adquirido maior independência financeira, todavia, uma e esta é uma fala sintomática, não se sentiu mais valorizada e ainda registra os impactos do machismo que impede que ela invista nos produtos que considera básicos.

Neste contexto, o PBF evidencia a desigualdade de gênero em decorrência de um contexto que está sendo modificado por meio da busca incessante das mulheres por seus direitos, bem como por respeito as suas peculiaridades.

Diante desse cenário, fica mais do que evidente que, apesar de todas as conquistas, a desigualdade entre os gêneros ainda e evidente, sendo agravada por questões de raça e de classe social. Nenhuma das diferenças ou das tantas outras desigualdades deve ser tratada como menos importante ou secundária, pois elas fazem com que haja dificuldades maiores para determinada parcela da comunidade, coisa eu não deveria ocorrer. (HOLANDA,p.245, 2013).

A luta da mulher contra sua opressão e exploração é a luta contra o machismo, criar uma nova sociedade, onde não existam diferenças culturais, econômicas e sociais, uma sociedade onde o grau de emancipação da mulher é o mais importante indicativo do grau de desenvolvimento de uma sociedade, sendo esta uma realidade que sonha todas as mulheres, no qual, anda-se a passos largos, mas se faz necessário correr para alcançar esta sociedades que todos(as) tenha os direitos iguais como previsto na Constituição Federal de 1988.

Compreendendo esse contexto social, que perpassa não apenas as mulheres, mas os homens também, onde, a opressão é cultural e social; gera situação de discriminação, atinge mulheres de diversas classes sociais e pode ter efeitos econômicos de maior ou menor peso. A exploração é um fato econômico e dá origem a divisão da sociedade em classes (Toledo, p. 24, 2008).

Em contrapartida a entrevistada 2 ressalta que “*vivemos em uma sociedade machista*” fato, o que evidencia uma realidade ainda presente, mas ainda velada em decorrência justamente do medo, da opressão e conseqüentemente da violência, sendo um situação que culmina o interior das famílias e afeta diretamente no bem estar e na liberdade deste segmento.

Não obstante das 5 (cinco) entrevistadas apenas 1 (um) ressaltou tal questão, fato, este que evidencia esta realidade velada, mas ainda presente. Nesta lógica, das 5 (cinco) mulheres bonitense ouvidas, 1 (um) sofre algum tipo de violência e opressão, conforme relatado. Desse modo, de acordo Holanda (2013) compreende-se que a luta da mulher contra todo o tipo de opressão, a luta, em suma, por sua emancipação, se dá no mesmo campo da luta dos trabalhadores. É no palco da luta de classes que se trava sua tarefa maior. Enfim a desigualdade de gênero ainda é uma realidade, mas que cada vez mais se torna uma realidade igualdade de gênero, mesmo que de forma gradativa, a mulher vem sim conquistando seu espaço, e ainda há muito a ser conquistado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início deste trabalho estive preocupada em demonstrar a realidade vivenciada pelas mulheres que recebem o benefício do PBF e encontram-se nos grupos de convivência do CRAS. Neste contexto procuramos analisar se tal programa influenciou na igualdade de gênero, no protagonismo e conseqüentemente no empoderamento destas mulheres tanto no contexto familiar quanto na sociedade.

Para chegar à conclusão da pesquisa foi feita uma relação entre as teorias dos autores estudados, e a prática das mulheres observada na pesquisa de campo. Neste sentido, foram respondidas as questões levantadas no projeto de monografia.

Durante a pesquisa de campo pode-se notar que o sentido de cidadania dessas mulheres foram sendo construído por elas em suas trajetórias de vida, em suas estratégias de lutas cotidianas. E por isso, por sua capacidade de agente, as levaram a desempenhar papéis de liderança, nas famílias, nas vizinhanças, nas comunidades, no coletivo.

Por fim, neste campo *conflituoso*, e o estudo dos serviços desenvolvidos pelo CRAS com base em informações e conhecimento juntamente com os critérios do PBF a mulher bonitense revelaram que as mulheres tem conquistado o seu espaço e conseqüentemente, na maioria de quatro das cinco, elas estão sendo mais respeitadas. A pesquisa propiciou ainda, entender que a mulher bonitense se sente mais valorizada, reconhecida, empoderada, fato, ao quais todas as entrevistadas evidenciaram com muito orgulho a importância do PBF na sua vida, o mesmo juntamente com as lutas das mulheres ao decorrer da história culminou em direitos, direitos estes que fazem com que tais mulheres sejam protagonistas da sua própria história, mesmo que de form ainda tímida.

Apesar das conquistas, ainda há uma longa estrada a ser trilhada, mas com todas as políticas públicas destinadas, ao referido segmento e com a bagagem de conhecimento que as mulheres têm buscado as dificuldades tendem a serem diminuídas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. R.; VITALE, M.F.(Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2007.

BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.) **A Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2005.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil:1988**. Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Constitucionais nº. 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

BRITO, A. E.; Kerstenetzky, C.L. Beneficiários do Programa Bolsa Família e mercado de trabalho: considerações metodológicas e substantivas. Niterói: CEDE, 2011

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004. Norma Operacional Básica-NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social-SNAS. Brasília: MDS, 2005.

CARLOTO, Cássia Maria. **A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005. Acesso em outubro de 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/994/774>>.

CARLOTO, C. M; PROCÓPIO, M. R. Mulheres e Manutenção de famílias pobres: uma questão de sobrevivência. In: **Revista àgora: Políticas Públicas e Serviço Social**, ano 1, nº 1, outubro de 2004. Acesso em setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/agora1/carlotoprocopio.doc>>.

CARVALHO, Luiza. “Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade: temas contemporâneos**. Ano XIX, n 57. São Paulo: Cortez, 1998.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org) **A Família Contemporânea em Debate**. 6.ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A. R.; ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução – Leandro Konder. Civilização Brasileira, RJ. V.99, ed.10, 1984.

GOFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. Ed. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. LTC: Rio de Janeiro, 1988.

GARCIA-FILICE, Renísia C. **Raça e Classe na Gestão da Educação Básica. A cultura na implementação de Políticas Públicas**. SP: Autores Associados/Brasília: Liber Livros, 2011.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **Revista Serviço Social e Sociedade: famílias**. Ano XXIII, n 71. São Paulo: Cortez, 2002.

HOLANDA, Ana Kkarolina Vieira, **Igualdade de Gênero no Brasil**: apesar das conquistas, ainda há uma longa estrada a ser trilhada. Programa Mulher e Ciência. p. 242-245, 2013.

IBANES, N. (Org.). **Proteção social**: dilemas e desafios. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2005.
IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2009**. Acesso em outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.) **Família brasileira, a base de tudo**. 7. ed. São Paulo, DF: UNICEF, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados. 4ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAGALHÃES, Edgar Pontes de. Combatendo a pobreza e enfrentando as vulnerabilidades: Desafios para a articulação entre o Programa Bolsa Família e a assistência social. BRASIL. **Curso de formação de multiplicadores – 2ª etapa**. Volume III. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Brasília, DF: ENAP, 2007.

MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J; MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

NOVELLINO, Maira Salet. **Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. Acesso em julho de 2009. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf>.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. In. Marxismo Vivo, nº 2. São Paulo. Sundermann, 2001.

VIANA, A. L. Proteção social: introduzindo o debate. In: VIANA, A. L.; ELIAS, P. E.; VITALE, Maria Amália Faller. Avós: novas e velhas figuras da família contemporânea. IN: VITALE, Maria Amália Faller; ACOSTA, Ana Rojas. (Org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 3 ed. São Paulo: IEE/PUCSP, 2007.

VITALE, Maria Amália Faller. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: VITALE, Maria Amália Faller. Famílias monoparentais: indagações. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**: famílias. Ano XXIII, n 71. São Paulo: Cortez, 2002.

VITALE, M.F.(Org). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2007.

YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M.; ALBUQUERQUE, B. M. **Monoparentalidade, pobreza e resiliência**: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. Psicologia: Reflexão Crítica, vol.20, 2007. Acesso em agosto de 2009. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279722007000300012&script=sci_arttext&tlng=e!n.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. **O estudo de uma família que supera as adversidades da pobreza**: Um caso de resiliência em família. Psicodebate: Psicologia,

Cultura y Sociedad, nº. 7, 2006. Acesso em agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.palermo.edu/cienciassociales/publicaciones/pdf/Psico7/7Psico%2008.pdf>>.

ZAMBERLAN, Cristaina de Oliveira. **Os novos paradigmas da família contemporânea: um perspectiva interdisciplinar.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.